

**ECONOMIA E MAR**

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 2946/2023

Sumário: Designa, em regime de substituição, o licenciado João Miguel de Almeida Martinho Martins Pimentel para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., e no cargo de vogal a licenciada Maria João de Vasconcelos Morais Coelho Graça.

A Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, prevê que a designação dos membros do conselho diretivo seja efetuada na sequência de procedimento concursal, aplicando-se as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Considerando que, nos termos da leitura conjugada da alínea c) do artigo 291.º e do n.º 1 do artigo 292.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual, considera-se caducado o vínculo de emprego público com a completude de 70 anos de idade, cessa a comissão de serviço do presidente do Instituto Português da Qualidade, I. P., designado pelo Despacho n.º 7117/2018, de 6 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho de 2019, encontrando-se vago o lugar de presidente do conselho diretivo daquele instituto público.

Considerando a cessação da comissão de serviço, a pedido, pelo Despacho n.º 11047/2022, de 7 de setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de setembro de 2022, encontra-se igualmente vago um lugar de vogal do conselho diretivo do mesmo instituto público.

Considerando as referidas cessações e, assim, a vacatura do cargo de presidente e de vogal do conselho diretivo, torna-se necessário e urgente proceder à designação de novos titulares, de forma a permitir o normal e regular funcionamento do referido organismo público, até à conclusão do respetivo procedimento concursal.

Perante a notória urgência, afigura-se como regime mais adequado a designação em substituição, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, aplicável por força do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Considerando que os designados em substituição reúnem todas as condições legalmente exigidas e demonstram deter competência técnica, aptidão e comprovada experiência profissional no exercício de funções relevantes na área dos cargos a prover, bem como de formação académica e profissional adequadas, fatores indispensáveis às atribuições e objetivos daqueles cargos, conforme também se constata pelas notas curriculares em anexo.

Nestes termos, em observância do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e no uso da competência prevista no n.º 10 do ponto v do Despacho n.º 14724-B/2022, de 21 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 248, 2.º suplemento, de 27 de dezembro de 2022, determino:

1 — Designar, em regime de substituição, nos termos e com os fundamentos acima descritos, o licenciado João Miguel de Almeida Martinho Martins Pimentel para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P.

2 — Designar, em regime de substituição, nos termos e com os fundamentos acima descritos, a licenciada Maria João de Vasconcelos Morais Coelho Graça para exercer o cargo de vogal do conselho diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P.

3 — As designações ora efetuadas fundamentam-se na experiência profissional dos designados e na reconhecida aptidão para exercer os respetivos cargos, conforme evidenciado pelas notas



relativas aos currículos académico e profissional, publicadas em anexo ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

4 — O presente despacho produz efeitos à data de 27 de fevereiro de 2023.

27 de fevereiro de 2023. — O Ministro da Economia e do Mar, *António José da Costa Silva*.

ANEXO

Notas relativas aos currículos académico e profissional

I — João Miguel de Almeida Martinho Martins Pimentel

1 — Habilitações académicas:

2000 — Pós-graduação em Gestão, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica;

1995 — Licenciatura em Geologia, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

2 — Experiência profissional:

De maio de 2015 até à presente data — Diretor de Proximidade Regional e Licenciamento do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;

Desde fevereiro de 2020 — Administrador do Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro;

De 2014 a abril de 2015 — Diretor Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo, em suplência, da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De maio de 2012 a outubro de 2014 — Diretor de serviços de Indústria e Recursos Geológicos e acumulação, durante oito meses, com a coordenação da Direção de Serviços do Comércio, Serviços e Turismo, da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De 2007 a 2012 — Diretor de serviços da Qualidade, da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De 2004 a 2007 — Chefe da Divisão de Licenciamentos da Atividade Industrial, da Direção de Serviços de Indústria e Recursos Geológicos, da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De 2003 a 2004 — Técnico superior da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

1995 a 2003 — Técnico superior da Direção-Geral da Indústria, tendo exercido funções na Direção de Serviços das Indústrias dos Minerais não Metálicos (1995-2001) e na Direção de Serviços de Modernização Industrial (2001 a 2003).

3 — Formação profissional (relevante):

2014 — Gestão Estratégica e Valor Público;

2014 — Formação de Formadores;

2011 — Planeamento e Controlo de Gestão;

2010 — Gestão, Auditorias e Ferramentas da Qualidade;

2009 — Formação em Gestão Pública (FORGEP).

II — Maria João de Vasconcelos Morais Coelho Graça

1 — Habilitações académicas:

1982 — Licenciatura em História, pela Universidade Nova de Lisboa.

2 — Experiência profissional:

Desde 1 de março de 2014, diretora do Departamento de Normalização do Instituto Português da Qualidade, I. P. (IPQ);

Desde 2019 — Membro da UNECE — Comissão Económica das Nações Unidas para Europa, na iniciativa Gender Responsive Standards em representação do IPQ;

Desde 2018 — Membro do Fórum da Qualidade — iniciativa do IPQ para as questões da Qualidade;

Desde 2017 — Embaixadora da Aliança ODS Portugal da United Nations Global Compact Network Portugal, para o ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

Entre 2015 e 2019 — Administradora, em representação da Administração Pública, no Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro;

Entre 2013-2014 — Diretora da Unidade de Produção Técnica e Vendas;

Desde 2010 — Representante do IPQ nas Assembleias Gerais, respetivamente, do Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica (CATIM), Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e Vestuário (CITEVE) e Centro Tecnológico das Indústrias do Couro (CTIC);

Entre 2008-2013 — Diretora da Unidade de Promoção e Distribuição de Normas do Departamento de Normalização;

Desde 2008 — Designada *Focal Point* para as PME em matéria de normalização;

Entre 1991 e 2008 — Chefe de divisão de Promoção e Informação;

Desde 1991 — Representante do IPQ no Public Relations Committee do Comité Europeu de Normalização (CEN);

Desde 1991 — Representante do IPQ no «Sales Department Group» do CEN;

Desde 1999 — Assessora principal do quadro do Instituto Português da Qualidade;

Entre 1996 e 2000 — Coordenadora da Campanha de Sensibilização para a Qualidade, no âmbito do PEDIP II, no IPQ;

Entre 1990 e 1991 — Nomeada representante do IPQ na equipa de projeto «Promoção e Divulgação da Normalização» com o Secretariado para a Modernização Administrativa;

Entre 1989 e 1991 — Representante do IPQ na Comissão Permanente para a Qualidade dos Serviços e Produtos de Consumo, do Conselho Nacional da Qualidade;

Entre 1986 e 1989 — Coordenadora do Secretariado do Conselho Nacional da Qualidade e Comissão Executiva;

Entre 1985 e 1990 — Representante do IPQ nos Grupos Internacionais ECPSA e COPOLCO no âmbito de políticas de defesa do consumidor;

Entre 1985 e 1990 — Coordenadora do Serviço Pergunta-Resposta do IPQ;

Autora de diversos trabalhos e artigos publicados em revistas e boletins e apresentação de comunicações em Conferências e Seminários, no âmbito da Qualidade e da Normalização.

3 — Formação profissional:

2012 — «Gestão do Risco», IPQ;

2012 — «Gestão de projetos», APOGEP;

2010 — FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração (INA);

2010 — «Auditorias a Sistemas de Gestão» — pelo QUAL;

2010 — «A Norma ISO 9001 como ferramenta de gestão das organizações», pelo QUAL;

2009 — «Gestão do Tempo e de Prioridades», pela Paradoxo Humano;

2009 — «O Líder eficaz em tempos de crise... e não só», pelo Instituto Nacional de Administração (INA);

2008 — «Redação de Folhetos», pela Global Estratégias;

2007 — «Planeamento, Técnicas e Métodos de Organização de Eventos», pelo IAEC;

2006 — «Implementação do SIADAP: Questões emergentes», pela Direção-Geral da Administração Pública;

2005 — «Gestão Documental na Administração Pública», pelo INA;

2004 — «Imagem e Protocolo», pela Global Estratégias;

2000 — «Organização de Programas Especiais», pelo IAEC;

1998 — «Auditorias Internas da Qualidade», pela PARTEX;

1997 — «Marketing e Comunicação na Administração Pública», pela CEDREL;



- 1996 — «A Normas NP EN ISO 9001 e o Programa de Implementação do Sistema de Garantia da Qualidade no IPQ», Dinâmica Organizacional;
- 1996 — «Regime Jurídico da Realização das Despesas Públicas», pelo IPQ;
- 1995 — «Sistemas da Qualidade», pela PARTEX.

316217426